

Sai hoje o relatório da ordem econômica

Deverá ser excluído o item que limitava a propriedade rural a um tamanho máximo. Mas o monopólio estatal do petróleo será mantido na forma atual.

O anteprojeto do capítulo que disciplinará a ordem econômica na futura Constituição será divulgado hoje. Resultado da fusão dos anteprojetos de três subcomissões (Princípios Gerais, Agricultura e Reforma Agrária, Questão Urbana e Transportes) e de muita negociação, o texto deverá excluir o item que limitava a propriedade rural a um tamanho máximo; garantirá o conceito de empresa nacional como sendo aquela cujo centro de decisão esteja no País e controlada majoritariamente por brasileiros; propõe a manutenção do monopólio do petróleo na forma atual; reservará a empresas nacionais setores da mineração e instituirá o fundo de exaustão para ressarcir os municípios onde se desenvolve a lavra.

Estes foram alguns dos pontos adiantados pelo relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), e membros da comissão. Apesar de não conseguir a inclusão da maior parte de suas propostas, a esquerda, tanto do PMDB como dos outros partidos consultados — PDT, PT, PCB —, considerou ter obtido avanços em relação aos anteprojetos aprovados pelas subcomissões, onde o confronto levou a uma vitória dos defensores do liberalismo econômico e favoráveis à iniciativa privada.

No título que cuida dos princípios gerais da economia, o equilíbrio foi obtido com a fusão do relatório inicial do estatizante Virgildásio de Senna (PMDB-BA) e o substitutivo privatizante coordenado pelo deputado Afif Domingos (PL-SP). No primeiro, toda a atividade econômica baseava-se exclusivamente no trabalho; no segundo, esta era consagrada conceitualmente à iniciativa privada. No relatório final, ambas foram incluídas, igualmente.

Até esta segunda-feira, os constituintes poderão apresentar emendas ao anteprojeto de Severo Gomes que vai elaborar novo anteprojeto até o dia 10, para nova rodada de sugestões e, finalmente, entrar em discussão e votação entre os dias 12 e 15. A "esquerda", segundo avaliação dos deputados Roberto Freire (PCB-PE) e Vladimir Palmeira (PT-RJ), entendeu claramente que na correlação de forças há minoria, como ficou demonstrado durante as votações nas subcomissões. Com isso, procura-se mudar a tática: se tentará ao máximo a negociação política, de um lado, e a divisão do centro e da direita, de outro.

Freire afirmou, ontem, que a esquerda está unida em relação à Constituinte, já que as afinidades são maiores que os interesses setorializados, enquanto a direita e o centro estão bastante divididos, internamente. Citou como exemplo a expectativa de que grupos identificados com os interesses empresariais — industriais e agrícolas — venham a votar favoravelmente a restrições ao sistema financeiro, devido à conjuntura em que um dos setores da iniciativa privada está superavitário, às custas de outros setores, em um nítido desequilíbrio.

O nacionalismo, afirmou Freire, será outro ponto de divergência entre os grupos de centro e de direita, uma vez que muitos setores empresariais sentem-se extremamente ameaçados com a eventualidade de concorrência interna com empresas multinacionais, mais capitalizadas e tecnologicamente mais avançadas. Esses setores conservadores, disse Freire, poderiam votar com a esquerda em relação à



José Serra Dornelles Severo Gasparian

JUN 1987
E MAIS: JUN 1987

O uso impróprio e a especulação poderão culminar na perda da propriedade para o Estado. Este é um dos pontos mais polêmicos do anteprojeto apresentado ontem pelo senador José Paulo Bisol (PMDB/RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Bisol vai além na sua proposta: o uso manifestamente inferior à potencialidade dos meios de produção também provoca a perda da propriedade em favor do Estado, que deverá distribuí-la posteriormente.

O tema provocou reação imediata de integrantes da comissão. O senador João Menezes (PMDB/PA) chegou a anunciar a apresentação de um substitutivo totalmente contrário à proposta de Bisol. Indignado, o deputado Farabulini Júnior (PTB/SP) diz que o direito de propriedade está em risco no Brasil.

O anteprojeto de Bisol trata ainda da anistia, cria o tribunal de garantias dos direitos constitucionais, fala do defensor do povo e até inclui instrumentos preventivos contra golpes.

Garantias

A proposta de modificação do papel constitucional das Forças Armadas

ganhou uma defesa de peso nesta segunda fase de trabalhos da Constituinte. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, propôs, em emenda, que a ordem constitucional só seja assegurada pelos militares por iniciativa dos três Poderes da República. O senador sugeriu ainda à Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições a supressão incondicional do capítulo sobre segurança nacional e do Conselho de Segurança Nacional, mantido na proposta constitucional do relator Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Poderes

A duração do mandato do presidente Sarney deverá constar das disposições transitórias da nova Carta, de acordo com o anteprojeto do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), pessoalmente favorável a quatro anos, mas que não antecipou a posição que adotará no relatório.

maior nacionalização do controle da atividade econômica do País. Da mesma forma, acrescentou, muitos setores empresariais, pelas distorções do capitalismo brasileiro, estão extremamente dependentes de empresas estatais e, no desaparecimento destas, desapareceriam também. Estes setores poderiam somar votos à esquerda por uma manutenção da intervenção estatal na economia, desejada pela esquerda.

Comissão Financeira

Já o relator e o presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças — José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) — estão trabalhando com os assessores para que o relatório final estabeleça apenas as linhas gerais do sistema financeiro nacional, deixando para a legislação ordinária a regulamentação em detalhe do seu funcionamento.

O "enxugamento" da Constituição no capítulo do sistema financeiro poderia facilitar a solução das divergências entre o relator da subcomissão correspondente, Fernando Gasparian (PMDB-SP), e o relator e presidente da comissão temática. Gasparian continua a defender os pontos mais polêmicos do seu relatório, aprovado pela subcomissão, entre eles a proibição de que bancos estrangeiros captem depósitos no Brasil, e já foi convidado por Dornelles para uma conversa nesta segunda-feira.

Ontem de manhã, Gasparian disse que "está esperando para

ver" o relatório de Serra, salientando que não teve qualquer entendimento com ele esta semana.

Pessoas que tiveram acesso à equipe de José Serra informaram que a proposta do código financeiro para o País — uma lei específica que seria proposta pelo Executivo ao Congresso Nacional — tem como objetivo criar uma nova estrutura legal para o setor, substituindo toda a legislação atual, criada em 1965 pelo então ministro Roberto Campos.

Pela proposta, a Constituinte se limitaria a estabelecer que a atividade de intermediação financeira poderá ser exercida por instituições de capital público ou privado, nacional ou estrangeiro, nas condições estabelecidas pela lei ordinária. O código financeiro, a ser proposto e votado depois da promulgação da nova Constituição, determinaria os limites e as atribuições de cada segmento. O código determinaria, por exemplo, as condições necessárias para a abertura de instituições financeiras, extinguindo na prática a "carta-patente", como quer Gasparian, mas deixando ao poder público algum controle sobre o acesso ao mercado.

Uma outra divergência que terá que ser resolvida no relatório de José Serra é a disputa pelo Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal. O anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas estabelece que apenas os Estados com renda per capita inferior à nacional terão direito a esse fundo, formado por 18% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI.